



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROVA DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA
DE TEXTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

LÍNGUA PORTUGUESA - 26 DE SETEMBRO DE 2026

Número de inscrição:

Tempo para a realização da prova: 2 horas e 30 minutos

Divulgação do resultado da prova: até 30 de outubro

- Para cada questão objetiva, há apenas uma resposta correta.
- As respostas dissertativas, sempre referentes ao texto-base, devem ser redigidas em língua portuguesa e no limite das linhas.
- Questões rasuradas e/ou com caligrafia ilegível não serão corrigidas. Não é aconselhado o uso de corretivo líquido.
- Usar caneta azul ou preta.
- Dicionários impressos - monolíngues ou bilíngues - podem ser consultados. Dicionário *on-line* e outros equipamentos eletrônicos não são permitidos.
- Não é permitido emprestar material nem pedir emprestado.
- Ao final, o candidato pode levar o texto-base e o papel almaço.

Taxar ultraprocessados pode reduzir doenças crônicas e mortes associadas ao excesso de peso

Mantido no ritmo atual, o ganho de peso da população adulta brasileira deve levar ao surgimento de 10 milhões de novos casos de 11 doenças crônicas evitáveis entre 2024 e 2044. São enfermidades comuns e bem conhecidas, como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer, que se instalam mais facilmente e com maior frequência quando a massa corporal do indivíduo permanece superior à saudável por alguns anos. Nessas duas décadas, estima-se que a proporção de adultos com sobrepeso – índice de massa corporal (IMC) entre 25 e 29 – no país passe dos 57% atuais para 75% e ocorra pouco mais de 1 milhão de mortes em decorrência desses problemas.

Diante desse cenário, o epidemiologista Leandro Rezende e sua equipe na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) decidiram simular o impacto que a imposição de taxas a alimentos pouco saudáveis poderia gerar na saúde da população. Eles escolheram trabalhar com os chamados ultraprocessados, categoria genérica de alimentos industrializados aos quais são adicionados altos teores de açúcar, gordura, sal ou compostos químicos com a finalidade de aumentar sua durabilidade ou palatabilidade. O consumo desses alimentos cresceu no país – a proporção de calorias obtidas de ultraprocessados subiu de 16% em 2003 para 20% em 2018 –, embora permaneça bem abaixo do de nações como os Estados Unidos, onde ultrapassa os 50% das calorias ingeridas diariamente.

Cobrar mais pelos ultraprocessados gera um efeito relevante, que aumenta com o incremento da taxação. Impor uma taxa de 10% sobre o valor desses alimentos pode, nesses 20 anos, restringir a 67% o total de adultos com sobrepeso em 2044, evitando quase 526 mil casos novos das doenças associadas ao sobrepeso e 71 mil mortes. Com 20% de aumento, a parcela de brasileiros com sobrepeso cairia um pouco mais, para 63%. Seriam evitados 861 mil casos de doenças crônicas e 115 mil óbitos. Já se a taxação chegasse a 50% do valor dos alimentos, a frequência de sobrepeso na população baixaria para 50% em 2044, prevenindo 1,8 milhão de adoecimentos e 237 mil mortes. Os resultados foram publicados em abril no periódico *American Journal of Preventive Medicine*.

“Nosso estudo avança em relação a trabalhos anteriores ao estimar o potencial impacto da tributação do conjunto dos alimentos ultraprocessados, e não de itens isolados, como as bebidas açucaradas”, conta Rezende, coordenador do estudo e do Núcleo de Pesquisa em Epidemiologia de Doenças Crônicas da Unifesp. “A maior parte das políticas e dos estudos se concentra em produtos específicos, mas o efeito da alimentação sobre a saúde depende do padrão alimentar geral. Por isso, ações voltadas ao conjunto dos ultraprocessados tendem a ter um potencial maior de impacto na redução do excesso de peso e das doenças crônicas”, explica.

Só a taxação de ultraprocessados, no entanto, pode não resolver o problema e até reduzir o poder de compra. Em um estudo divulgado em março, o economista Valter Palmieri Júnior,

da organização não governamental ACT Promoção da Saúde, que defende políticas de saúde pública como a alimentação saudável, analisou o comportamento e a composição da inflação de alimentos no Brasil nas últimas quatro décadas. A conclusão é que o aumento do preço dos alimentos no país é um fenômeno estrutural e sistêmico, e não ocasional, relacionado a problemas conjunturais.

“Nas últimas duas décadas, a inflação de alimentos manteve-se consistentemente acima da inflação geral. Esse aumento, porém, não ocorre de forma homogênea entre os diferentes tipos de alimentos”, escreve Palmieri no documento. “Produtos *in natura* ou minimamente processados têm registrado elevações de preço mais intensas do que os ultraprocessados. Esse padrão é preocupante, pois o consumo de ultraprocessados está associado ao aumento de doenças crônicas.” De acordo com o trabalho, entre 2006 e 2026, o poder de compra para frutas, por exemplo, caiu cerca de 31%. “Esse movimento altera os incentivos econômicos de consumo e tende a piorar a qualidade da dieta”, afirmou o economista em comunicado à imprensa divulgado pela *Agência de Notícias Bori*.

“Os efeitos da taxação de alimentos sobre o sobrepeso e a ocorrência de doenças crônicas são plausíveis, mas tendem a ser maiores quando combinados com outras políticas públicas, como a regulação da publicidade, a educação alimentar e a criação de ambientes que favoreçam a escolha de alimentos mais saudáveis”, afirma a epidemiologista Eurídice Martínez Steele, do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens-USP), que não participou do estudo publicado no *American Journal of Preventive Medicine*. “A resposta ao aumento de preços não é fixa e depende das condições sociais e do ambiente alimentar. Sem políticas complementares, como subsídios a alimentos *in natura*, a taxação pode ter efeito limitado ou até gerar resultados indesejados, caso não existam substitutos saudáveis acessíveis”, pondera a pesquisadora.

A avaliação de Steele é compartilhada por Helen Hermana Hermsdorff, nutricionista e professora do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que também não participou do trabalho da equipe da Unifesp. “A taxação pode ajudar no enfrentamento das doenças crônicas, mas não resolve o problema sozinha. O sobrepeso e a obesidade envolvem fatores biológicos, sociais e econômicos, o que exige um conjunto mais amplo de políticas públicas. É importante retirar do indivíduo a responsabilidade exclusiva pelo enfrentamento da obesidade e reconhecer que as escolhas alimentares dependem de políticas públicas que tornem as opções saudáveis mais acessíveis”, afirma.

1. Sobre o ganho de peso da população adulta brasileira, afirma-se que
 - a) poderão surgir novos casos de doenças crônicas evitáveis até 2044, se permanecer no ritmo atual.
 - b) haverá, certamente, 10 milhões de novos casos de 11 doenças crônicas evitáveis, dele decorrentes, até 2044.
 - c) estima-se que há 10 milhões de novos casos de 11 doenças crônicas evitáveis e que haverá mais até 2044.
 - d) há 10 milhões de pessoas com diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares devido ao sobrepeso, e essa taxa aumentará até 2044.

2. O epidemiologista Leandro Rezende e sua equipe decidiram
 - a) propor a imposição de taxas para a comercialização de alimentos ultraprocessados.
 - b) desenvolver um estudo de simulação do impacto que a taxação de alimentos saudáveis geraria na saúde da população.
 - d) avaliar o impacto do aumento do consumo de alimentos com altos teores de açúcar, gordura e sal para a saúde da população.
 - c) impor taxas aos alimentos pouco saudáveis, pois há custos para melhorar a durabilidade ou a palatabilidade de alimentos em geral.

3. A taxação de ultraprocessados, conforme Valter Palmieri Júnior,
 - a) teria impacto positivo em políticas de saúde pública.
 - b) reduziria o poder de compra da população desses produtos específicos.
 - c) equilibraria a inflação dos preços dos alimentos em geral, ultraprocessados e *in natura*.
 - d) poderia reduzir o poder de compra de alimentos ultraprocessados e daqueles *in natura*.

4. O que Eurídice Martínez Steele, epidemiologista do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens-USP) diz sobre o efeito da taxação de alimentos em relação a outras políticas públicas?
 - a) É plausível e tende a ser maior do que o efeito de educação alimentar.
 - b) Depende da criação de ambientes que favoreçam a escolha de alimentos mais saudáveis.
 - c) É limitado, podendo ser maior com a associação a políticas, como a de regulação da publicidade.
 - d) Garante a manutenção da boa saúde da população, mas a taxação deve ser associada a melhoras de condições sociais.

5. Helen Hermana Hermsdorff, nutricionista e professora do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV),
 - a) entende a taxação de ultraprocessados como uma medida ampla de política pública.
 - b) defende que não é do indivíduo a responsabilidade pelo enfrentamento da obesidade.
 - c) concorda com a taxação de alimentos ultraprocessados como medida auxiliar de promoção de saúde.
 - d) ratifica a hipótese da taxação de alimentos ultraprocessados como medida prioritária de promoção de saúde.

6. Os resultados apresentados no artigo são de um estudo desenvolvido
 - a) em Viçosa.
 - b) em São Paulo.
 - c) entre três universidades.
 - d) sobre uma política pública já implementada.

Número de inscrição:

Nota final (a ser preenchida pela banca):

CIRCULE A ALTERNATIVA CORRETA EM CADA QUESTÃO

1.	A	B	C	D
2.	A	B	C	D
3.	A	B	C	D
4.	A	B	C	D
5.	A	B	C	D
6.	A	B	C	D

ESCREVA ABAIXO AS RESPOSTAS DE CADA QUESTÃO DISSERTATIVA

7. Quanto à alimentação, o que é apresentado no texto a respeito do Brasil e dos Estados Unidos?

8. Recupere do texto, nas informações sobre o estudo de Rezende, a relação estabelecida entre o aumento da taxa de imposto sobre alimentos ultraprocessados e a taxa de mortalidade por doenças associadas ao sobrepeso. Apresente aqui a projeção resultante do estudo desenvolvido.

9. Qual é a vantagem do estudo desenvolvido por Rezende em relação a estudos anteriores? O que diz o pesquisador sobre isso?

10. No que se refere ao poder de compra da população e aos preços dos alimentos, o que argumenta Palmieri?
